

A nova geografia do espaço público

1. Introdução

Muito se questiona, na atualidade, a necessidade de promoção de um debate público, verdadeiramente democrático, que seja capaz de concorrer para uma nova ordem social. Esta emergência contemporânea – que porventura transportará uma marca restauradora dos ideais modernos de igualdade e liberdade – parece paradoxal face à profusão de canais de comunicação cada vez mais abertos ao cidadão comum – esses mecanismos de visibilidade tão acessíveis e sobejamente banalizados, quais paladinos da *vox populi* –, mostrando-se assim convictos da sua importância social. Contudo, o espaço público – que desde a *ágora* ateniense até à modernidade constituiu-se como fonte de discussão e debate permanente das ideologias coletivas – vê-se hoje como um espaço fragmentado e diluído pela reconfiguração espaçotemporal operada na sociedade do conhecimento. O espaço físico do encontro – outrora sede de enriquecimento e partilha sociais – não é mais do que a negação do *topos*, o não-lugar cuja erosão configura uma nova geografia das relações interpessoais. Na confluência dos novos paradigmas pós-industriais, questionar-se-á a capacidade deste novo “espaço público” operar mudanças significativas rumo a valores sólidos e socialmente partilhados.

As reflexões que encetaremos em torno deste assunto não prescindirão de uma análise que assentará na diacronia, remontando às noções modernas de esfera pública – como as de Jürgen Habermas ou Dominique Wolton –, à metamorfose do espaço público – no que hoje se entende por espaço de fluxos – e ao crescente recurso a novas tecnologias da informação que dissolvem as noções clássicas de tempo e espaço. Apresentaremos algumas ideias que apontam para que a reconfiguração em curso deva ser lida à luz não de uma autonomia do sujeito, mas do culto narcísico do Eu e do individualismo contemporâneos, leitura que representa uma análise sociológica importante. Apesar deste texto refletir a posição atual do seu autor face à questão levantada, parece-nos importante a inclusão de referências a pontos de vistas divergentes que, em certa medida, contêm ou preconizam, na sua génese, ideais

nobres no que diz respeito à construção de uma sociedade mais participativa e emancipada, onde o indivíduo possa emergir, como um elemento imprescindível, enquanto membro de uma comunidade.

2. A importância da esfera pública

A importância da esfera pública – enquanto conceito que remete para o nascimento de um espaço aberto e livre de partilha de opinião – é salientada por vários pensadores e filósofos políticos que, desde a modernidade até à contemporaneidade, não deixaram de refletir nas suas potencialidades e possíveis desvirtuações. Immanuel Kant depositava a sua fé no perfeito funcionamento do espaço público, cujo aparecimento coincidiria com a expansão da imprensa e consequente nascimento da opinião pública (Silva, 2005). Kant propõe que o indivíduo “pense” em voz alta e em diálogo, num espaço transparente onde impere a lei da livre expressão universal. A máxima kantiana do *sapere aude* (1) deveria ser privilégio não apenas de um público masculino e letrado, frequentador da esfera pública literária (2), mas igualmente do público dos salões, onde se discutia igualmente de forma crítica e racional. Segundo Kant, a passagem da categoria de “seres humanos” à categoria de “cidadãos” processar-se-ia através de uma discussão democrática de assuntos de interesse da comunidade (Silva, 2002). São estes princípios basilares do Iluminismo – como a igualdade de participação, a democratização da cultura ou a universalidade de acesso – que Kant postula para que público seja sinónimo de “inclusivo”.

Na contemporaneidade, a noção kantiana de espaço público será retomada por Jürgen Habermas que a define como “(...) a esfera intermédia que historicamente se constituiu no momento da Luzes entre a sociedade civil e o Estado” (Silva, 2005: 161). Este lugar acessível a todos os cidadãos congrega uma opinião pública que resulta da “(...) troca discursiva de posições razoáveis sobre problemas de interesse geral” (Silva, 2005: 161), configurando um fórum no qual apenas a força do melhor argumento decidiria o debate, e funcionando enquanto instância de controlo e de legitimação do poder político. Deste modo, o Estado é influenciado de modo indireto pela opinião dos cidadãos, através de uma liberdade de comunicação que lhes é devida e que deve fomentar o uso público da razão. Poderá a desigualdade social dos participantes nas

tertúlias dos cafés, dos salões, das sociedades culturais ou das universidades afetar este debate? Na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (3), Habermas dá conta de uma tendência para o declínio e descaracterização deste lugar de discussão – noção-chave da teoria da democracia – que ele considera “(...) uma categoria central das modernas sociedades ocidentais” (Habermas cit. por Silva, 2002: 13), facto que sustenta a importância que atribui à imprensa como aliado fundamental neste processo. Através do que apelida de “jornalismo de convicção”, as publicações deverão assumir funções críticas, não se limitando a uma mera difusão de notícias, antes a um jornalismo literário que configure uma “discussão crítica convivial” assente num processo de esclarecimento recíproco e através de um “(...) meio que exclui a necessidade de partilha de um tempo e de um espaço [condicionalismo inibidor e potenciador de discriminação], mas que mantém intactas as características próprias da discursividade dialógica face a face” (Silva, 2002: 21).

O nascimento da “ética discursiva” (4), inscrita no projeto crítico da Escola de Frankfurt, pressupõe a existência de uma utopia que confere características idealistas ao conceito de espaço público de base iluminista. Este espaço idealizado, inicialmente isento de dominação política e social, dará lugar a um outro espaço mais complexo, desprovido de liberdade de expressão, devido “(...) à evolução tecnológica, ao surgimento da sociedade de massa e à emergência de um capitalismo tendencialmente oligopolista” (Silva, 2005: 160). Nesta linha de pensamento podemos incluir Dominique Wolton (5) e o seu conceito de “sociedade individualista de massa”. Segundo Wolton, há um “(...) novo espaço mais amplo do que o anterior, com um número maior de actores intervindo publicamente, uma omnipresença da informação, das sondagens, do marketing e da comunicação” (Silva, 2005: 161). Ora, se o conceito de “publicidade” habermasiano concebe o espaço público como meio de pressão à disposição dos cidadãos para contrariarem o poder do Estado, assistimos a uma perversão do mecanismo de concertação democrática, resultado de uma deformação exercida por atores sociais detentores de grande poder económico, manipulando a informação segundo os seus próprios interesses e impedindo a formação de uma opinião transparente (Silva, 2005). O neoliberalismo que Wolton aponta como sendo responsável por esta mutação da ideia inicial de espaço público, que pressupõe a

existência de indivíduos autônomos, subverte um dos principais contributos da modernidade: “(...) a ideia de que a política é um assunto público, no sentido – conforme o matiz ou o contexto em questão – do estatal, acessível a todos, que a todos diz respeito, comum ou compartilhado” (Innerarity, 2010: 10).

3. A metamorfose do espaço público

Das noções de esfera pública abordadas anteriormente emerge uma questão que importa evidenciar e que consiste na necessidade da não redução do conceito *espaço público* à partilha de uma determinada dimensão espaçotemporal, uma ideia tão mais importante quanto maior a influência do processo de globalização a que assistimos na pós-modernidade: “o espaço público já não é somente o lugar da comunicação de cada sociedade consigo própria mas também o lugar de uma comunicação entre sociedades diferentes umas das outras” (Innerarity, 2010: 15). Esta realidade implica a reanálise de conceitos desatualizados, bem como a sua validade normativa. A aldeia global em que nos vemos transformados provoca alterações radicais nos modos de agir e de pensar, desenraíza-nos e descompromete-nos em relação à causa pública: “até há pouco tempo muitos europeus não se definiriam como habitantes da ‘Europa’: diriam que viviam em Lodz (Polónia), ou na Ligúria (Itália), ou talvez até em ‘Putney’ (um subúrbio de Londres)” (Judt, 2010: 72).

Se é certa a importância de uma ideia abrangente de espaço público, não confinado à sua dimensão puramente geográfica, igualmente importante, para que possamos perceber a sua metamorfose, é a consequência visível de uma economia à escala planetária que faz da mobilidade e dos fluxos o seu *modus operandi*: “a intensificação recente de trocas globais criou um espaço global de fluxos que tende a substituir o espaço tradicional dos lugares” (Castells cit. por Delalex, 2008: 102). A cidade, como local privilegiado de encontro, submete-se a fluxos de índole tecnofinanceira que enfraquecem a dinâmica comunitária, sobressaindo “(...) uma aposta em encontros adiados” (Pais, 2010: 75). Assistimos a um esvaziamento do espaço público da cidade e, consequentemente, a um enfraquecimento da sua potencialidade de representar terreno de encontro: “as ruas e praças configuram-se sempre, cada vez mais, como

canais de comunicação e não como espaço em que é possível encontrar outros” (Mela, 1999: 151). Assim, conceitos como o de “cidade genérica” ganham corpo:

A Cidade Genérica mantém-se unida não por um domínio público excessivamente exigente – progressivamente degradado numa sequência inesperadamente longa em que o fórum romano está para a ágora grega como o centro comercial está para a rua principal – mas pelo residual (Koolhaas, 2010: 42)

A lógica produtivista que resulta da nova economia – causadora das já referidas questões da mobilidade e dos fluxos – e que transforma a ação civilizadora e de referência da cidade, é também causa de fenómenos de suburbanização que modificam o modo como o espaço é percecionado. O consequente afastamento de grande parte da população metropolitana das zonas centrais, associadas tradicionalmente aos espaços públicos, “(...) faz com que estes últimos percam o seu papel de símbolos da cidade e de lugares privilegiados da sua topografia” (Mela, 1999: 151). O que decorre desta mobilidade de pessoas e ideias é uma inevitável fragmentação de territórios que abre espaço ao nascimento de minorias carentes de referências e que conduz ao nascimento de “(...) espaços étnicos, alternativos, nacionalistas [...], com dificuldade de conexão aos restantes segmentos urbanos” (Gonçalves, 2006: 28). As análises efetuadas pelos pensadores do espaço público reforçam a ideia de um urgente e necessário reinvestimento na sua dimensão simbólica – “símbolo perene da urbanidade, o espaço público é o elemento, por excelência, que transforma a cidade no contrário do somatório de bairros e de pequenos universos herméticos” (Gonçalves, 2006: 48) – e de uma inversão na lógica do urbanismo funcionalista para que o largo ou a praça de bairro possam ser o “(...) local das trocas e dos encontros, [o local] da verdura num mundo de betão e vidro” (Lipovsky & Serroy, 2010: 218).

Confrontados com o abandono dos lugares de encontro face a face por excelência – o café, a associação cultural ou a praça pública –, deparamo-nos com um espaço que, em si mesmo, não produz efeito algum, ficando remetido a um papel meramente funcional. Esta ideia, retirada de Simmel, vem deixar claro que “é a ‘ação recíproca’ entre os indivíduos a única capaz de transformar um espaço ‘vazio’ num espaço ‘cheio’ de vida social” (Simmel cit. por Pais, 2010: 63). A “ação recíproca”, que Simmel

reclama como forma de produzir efeitos renovadores na sociedade, parece adequar-se para, com propriedade, anular qualquer ilusão decorrente do facto de, na contemporaneidade, assistirmos à tentativa de revitalização e reocupação dos espaços públicos, nomeadamente a dos centros históricos recuperados. De *per se*, esta ocupação não significa a recuperação da ágora ateniense, do fórum romano ou do adro da igreja: “a simples presença concentrada de diferentes indivíduos não produz inovação se entre eles não existe comunicação, [entendida como confronto de ideias]” (Mela, 1999: 150). Se o espaço físico da cidade não é mais o espaço de proximidade e de encontro dos cidadãos, como poderá ser contrariada a ideia de uma sociedade vista como coleção atomística de indivíduos ou grupos desvinculados entre si (Innerarity, 2010)? Será suficiente “(...) devolver toda a força da convivialidade à praça pública” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 218) sem que, em simultâneo, seja posta em marcha uma verdadeira revolução cultural? Qual a verdadeira idiosincrasia e identidade do espaço público contemporâneo? Certamente que não será despidendo, em resposta a estas questões, voltarmos as atenções para a nova forma de comunicar que surge nos alvares da sociedade da informação: a comunicação em rede.

4. A nova geografia das relações interpessoais

Os últimos anos têm assistido ao emergir de novos espaços virtuais mediáticos cuja localização espaçotemporal não se encontra claramente definida. Especular sobre estes novos espaços de comunicação que a revolução digital nos proporcionou, permite dizer praticamente tudo e o seu contrário: “(...) progresso imenso ou regressão funesta, assunção do indivíduo democrático ou alienação da consciência do cidadão, instrumento poderoso de aculturação ou máquina gigantesca de lobotomizar” (Nora, 1995: 263). Contudo, e a partir de uma observação atenta, apercebemo-nos que as inovadoras ferramentas de comunicação de que dispomos substituem, cada vez mais, as funções tradicionais de aculturação, participação cívica e interações sociais, definindo “(...) uma situação pela qual se quebra o nexo tradicional entre espaços públicos e comunicação” (Mela, 1999: 151). Doravante, as localizações concretas dos interlocutores e as distâncias físicas tornar-se-ão irrelevantes: “na paisagem electrónica, a cidade constituiria apenas um conjunto de terminais da rede e, portanto, [parte integrante de um novo espaço público]” (Mela, 1999: 151).

Assistimos, assim, ao nascimento de um novo paradigma sociocultural que gera novas identidades culturais com base no grande desenvolvimento tecnológico e na aceleração da realidade. Com as novas tecnologias da comunicação e da informação, dá-se uma mudança na concepção territorial. A reconfiguração do tempo e do espaço cria “(...) relações humanas menos estáveis e identificadoras e mais mutáveis e reticulares; menos hierárquicas e mais igualitárias e enriquecedoras” (Bauman cit. por Tortosa, 2008: 260). A humanidade parece ter em frente a si um destino comum que parece emergir como nunca: a conectividade electrónica. O computador surge como a máquina operadora desta radical mudança:

O computador é o instrumento central das sociedades através do qual o indivíduo sente, se relaciona, pensa, constrói relações (íntimas ou sociais), gera a sua identidade. As intensas relações informáticas estão a mudar o modo de pensar e inclusive de sentir [...] A Internet é o laboratório principal por onde circula essa identidade mutante (Tortosa, 2008: 262-263).

Assistimos ao nascimento de espaços públicos de discussão que se situam fora do contexto territorial e que não param de ampliar-se e aperfeiçoar-se, ficando acessíveis a um cada vez maior número de utilizadores (6). Geograficamente falando, a cultura de redes mediadas por computadores representa uma analogia do mundo: “(...) um lugar onde se constrói um espaço topográfico (interface), com lugares (sites) e caminhos (paths) que irão ser percorridos, até se chegar ao destino” (Silva, 2007: 211). Esta irrupção da sociedade do conhecimento, que se manifesta através da desmaterialização dos contactos, retira ao espaço público urbano a sua função central – “a da comunicação e publicitação da informação” (Gonçalves, 2006: 25) –, realidade que abre um intenso debate na sociologia contemporânea, resultando as aturadas análises em teses diversas. Della Pergola (7) considera que o crescimento reticular a que as metrópoles estão sujeitas provocará uma “(...) desadaptação socioespacial e sociotemporal que determina sobretudo – salvo para escassas elites – uma perda de linguagem” (Della Pergola cit. por Mela, 1999: 152). Por seu lado, Castells (8) vê neste espaço de fluxos, que a sociedade em rede gera, uma instância de poder das organizações económicas “(...) desligadas da referência a localidades específicas e capazes de patrocinar uma rede de comunicações informatizada” (Mela, 1999: 152). A

este tipo de poder que é exercido corresponderá, segundo Castells, uma reação do cidadão, que habita um lugar específico e que dará lugar ao nascimento da “cidade da informação”, o equivalente do espaço público para uma nova forma de urbanidade (Mela, 1999). Mais otimista, Amendola (9) não vislumbra que a sociedade em rede possa perigar o papel dos espaços públicos como momento insubstituível da vida urbana: “a comunicação directa e a comunicação por via informática não estão destinadas a colidir, mas antes a reforçar-se reciprocamente” (Amendola cit. por Mela, 1999: 152). A mesma opinião tem Gottmann (10), o que o leva a afirmar que o desenvolvimento das telecomunicações produziu uma revolução na cidade:

A circulação das pessoas a breve e longa distância não pára de aumentar; o desejo em estar presente em todas as formas de manifestação, participar pessoalmente nas reuniões, conviver face to face acentua-se. E tudo isto anima, multiplica, sobrecarrega as redes, faz crescer ou explodir os centros das grandes cidades (Gottmann cit. por Mela, 1999: 153).

Retomamos, neste ponto, a ideia de “ação recíproca” de Simmel para darmos conta do que Hannah Arendt (11) chama a “(...) usurpação do espaço público da política pela irrupção do social” (Innerarity, 2010: 15). Ainda que concordemos com Gottmann na forma, discordamos profundamente no conteúdo. Não basta um aglomerado de pessoas no espaço público para que dele possa sair uma cultura verdadeiramente reflexiva e inspiradora de novas soluções coletivas. Pelo contrário, assistimos a fenómenos de “narcisismo público” (12) que mais não fazem do que provocar “ruído” na interpretação qualitativa das relações interpessoais que se pretende rigorosa. Hoje, assiste-se a uma degenerescência da opinião pública e a um abandono dos deveres de cidadania:

Onde essa despolitização e esse empobrecimento mais claramente se manifestam é no tipo de comunicação que atinge a opinião pública: uma comunicação trivializada e sem autênticos debates. Realiza-se nela um tipo de confrontação elementar em que o acontecimento está acima do argumento, o espectáculo acima do debate, a dramaturgia acima da comunicação, a imagem acima da palavra. A esfera pública fica reduzida a um conjunto de “espectáculos de aclamação” (Habermas cit. por Innerarity, 2010: 16)

Estamos perante um espaço público que já não é tido como o processo em que as opiniões se formam, mas o lugar onde elas simplesmente se tornam públicas (13) (Innerarity, 2010).

A inovação postulada pelo progresso tecnológico, de carácter unificador, vê-se substituída pela moda, a nova arma urbana que configura igualmente novas formas de sociabilidade e identificação. São agora as tribos urbanas pós-modernas quem reconfigura o espaço público, vagueando unidas por impulsos emotivos temporais. Elas unem e excluem, agregam e contrapõem. Temos agora uma “(...) sociedade reestruturada de alto a baixo pela sedução do efémero, pela própria lógica da moda” (Lipovestky, 2010: 19). O vínculo social da solidariedade mecânica que Durkheim (14) conferiria às sociedades pré-modernas, e que auto-regulava os comportamentos individuais, encontra agora respostas nas numerosas redes de relações (Lipovestky, 2007). Deveremos tentar recuperar, incondicionalmente, as dimensões pós-modernas que representam um certo revisitar do período pré-moderno, tentar retornar às identidades e à solidariedade mecânica (Eco, 1986). Poderá a sociedade do conhecimento, como plêiade de redes de relações, despertar uma emergência de novos valores, um sentimento de multi-pertença? Daniel Innerarity coloca esta questão de uma forma esclarecedora:

O problema que hoje enfrentamos consiste em como pensar a cidade quando temos redes em vez de vizinhança [...] quando há já muito tempo o debate público se efectua num espaço virtual, quando as ruas e as praças deixaram de ser os principais lugares de encontro e encenação. A questão consiste em saber se o espaço público, como espaço de experiência humana intersubjectiva, essencial à democracia, necessita de um tipo de espaço físico segundo o modelo grego, medieval, renascentista, burguês, ou se essa antiga relação entre civilização e urbanidade se pode realizar fora dos espaços da cidade clássica europeia (Innerarity, 2010: 136)

O espaço público deve ser visto como “(...) arena agonística, terreno de confronto e interpelação, locus de formação dialógica da opinião pública” (Lopes, 2010: 57) e não como sinónimo de precaridade do sentimento comunitário, um lugar ocupado pelas chamadas “(...) comunidades fantasmas, cuja característica é serem constituídas por interacções superficiais” (Pais, 2007: 198). Dir-se-ia que, apesar da existência de um

espaço público, a sua capacidade de gerar comunicação motivadora e inspiradora de reflexão não possui uma matiz, antes apresenta sintomas de tendência regressiva (Gonçalves, 2006). A comunicação pública não é mais do que uma enfadonha justaposição de monólogos, uma discussão supérflua que se esquece de converter as opiniões em temas de discussão, uma marca indelével de uma cultura que faz emergir um novo *unencumbered self* (15): o “eu desvinculado” de motivação teleológica. Aqui reside um dos principais paradoxos que, de forma omnipresente, se faz acompanhar das relações interpessoais – “sociais” – da contemporaneidade: o indivíduo pós-moderno, uma evolução degenerativa do indivíduo moderno, é “independente, autónomo e, conseqüentemente, essencialmente não social (16)” (Dumont cit. por Renaut, 2000: 76).

Não será difícil, para quem frequente chats, blogues ou redes sociais, constatar que o espaço público é hoje uma extensão das discussões, conversas e monólogos que têm lugar na rede. A Internet, salvo honrosas exceções, é maioritariamente um repositório de “(...) informação selectiva que confirma as próprias opiniões” (Innerarity, 2010: 12). O pensamento “debole”, que Gianni Vattimo vê na sociedade da hiper-informação, é o resultado de uma comunicação cujas produções, e tudo o que lhe diz respeito, se encaminha na direção do estético (Paiva, 2007). Esta sociedade tecnicista, de prazeres estéticos, provocou o declínio dos intelectuais (Touraine, 1994), colocando-nos, doravante, no curso de uma crise não tecno-económica mas profundamente cultural (17).

5. Conclusão

Na base do empobrecimento da relações sociais e da dessubstancialização do diálogo público está o crescente individualismo dos cidadãos, remetidos à sua impermeável consciência de cidadãos livres, donos do seu próprio destino, sem compromissos duradouros e responsabilidades que extravasem as fronteiras da sua geografia física. A liberdade coletiva deu lugar à liberdade individual que se julga inabalável. A vida intelectual está hoje profissionalizada, “poluída” por *opinion makers* que mais não fazem do que dizer à multidão o que pensar. Vivemos na ilusão de uma sociedade que reflete as nossas opiniões, quando nos falta a credibilidade resultante do esforço em

zelar pelo bom funcionamento das instituições. Cabe, urgentemente, uma atitude de cautela que preste atenção a algumas formas de “diálogo” que mais não fazem do que suprimir opiniões discordantes. A crescente homogeneização a que assistimos ecoa na gramática da sociedade em rede, espaço que regista uma profusão de *soundbytes* amplificadora dos lugares comuns, onde a constatação do óbvio é tomada como ponto de chegada e onde a recusa da discussão argumentativa faz com que o “nosso” seja “único”. Hoje, elogia-se o ordinário, quando é o extraordinário que deve merecer a nossa atenção.

Em face do atrás dito, parece evidente que só uma reformulação do diálogo público – quer este se processe no espaço físico, quer no espaço virtual – será capaz de provocar a mudança, desde que a reciprocidade que daí advenha seja um contributo significativo para o bem coletivo. É necessário resistir ao processo de individualização e atomização para que um verdadeiro sentimento de pertença possa sobressair, o que faz com que uma condição essencial para o sucesso das tecnologias de informação e comunicação consista na convergência dos objetivos que estão na base do uso dessas ferramentas, usadas não para substituir o imprescindível contacto face a face – a única forma de combater o anonimato e a criação de falsas identidades –, mas para o prolongar. O novo espaço público não pode ser construído a partir da soma de fluxos e de lugares. É necessária uma completa revolução de mentalidades, uma nova “cultura do outro”.

A forte tendência para separar a tecnologia do mundo dos homens, como se esta fosse um protagonista autónomo – separado da sociedade e da cultura –, parece não fazer sentido senão numa proposta que ignore, na realidade técnica, a sua componente humana. Nesse sentido, a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação deve ser encarada sempre como condicionante e nunca como determinante. Do seu bom uso, poderá nascer um verdadeiro espaço público que faça ferverilhar as praças da cidade com novas e estimulantes ideias, para o benefício não de uns, mas de todos.

NOTAS

(1) *Sapere aude* é uma lema latino que significa “ouse saber” ou “atreva-se a saber”, por vezes traduzido como “tenha a coragem de usar o seu próprio entendimento”.

(2) A esfera pública literária surge nos cafés e salões da cidade, centro da actividade económica e cultural da sociedade civil, e é constituída por uma sociedade aristocrata e humanista. Mais tarde, juntando-se à camada intelectual da burguesia, dará origem à esfera pública burguesa, considerada por Habermas como fonte de desvirtuação da democracia no espaço público (Silva, 2002).

(3) A obra apareceu originalmente em alemão, com o título *Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*, em 1962. Foi traduzida para português em 1984, e editada pelas Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, com o título *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (Silva, 2002).

(4) A “ética discursiva” surge nos início dos anos setenta do século XX, em Frankfurt, pela mão de K.O. Apel e J. Habermas, tendo como objectivo a procura de soluções para os problemas humanos através de um diálogo que pretende mitigar a distorção imposta pelas ideologias (Cortina, 1989).

(5) Cf. Wolton, D. (1997). *Penser la communication*. Paris: Flammarion.

(6) Panayota Gounari chama a atenção para o facto do acesso à nova sociedade do conhecimento requerer níveis económicos, culturais e discursivos que podem iludir a erradicação de fronteiras na noção de aldeia global. Cf. Gounari, P. (2009). *A Democracia na Nova Era Tecnológica*. Mangualde: Edições Pedagogo.

(7) Cf. Della Pergola, G. (1990). *Lezioni di Sociologia Urbana*. Napóles: Liguori.

(8) Cf. Castells, M. (1972). *La question urbaine*, Paris: Maspero.

(9) Cf. Amendola, G. (1995). *Public Spaces and City Regeneration*. In Council for Cultural Cooperation, *Culture and Neighbourhoods*, vol. I, Concepts and References, pp. 71-78. Estrasburgo: Council of Europe Publishing.

- (10) Cf. Gottmann, J. (1991). La centralità globale: la città nella rete mondiale. In J. Gottman & C. Muscarà, La città prossima ventura. Roma-Bari: Laterza.
- (11) Cf. Arendt, H. (1998). The Human Condition. Chigago: University of Chicago Press.
- (12) Cf. Lasch, C. (1978). The Culture of Narcissism. New York: Norton; Sennett, R. (1977). The Fall of Public Man. New York: Knopf.
- (13) Cf. Neidhardt, F. (1994). Öffentlichkeit, öffentliche Meinung, soziale Bewegungen. In Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, Sonderheft, 34, Opladen: Westdeutscher Verlag.
- (14) Cf. Durkheim, E. (1999). As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes.
- (15) Originalmente, unencumbered self é a ideia kantiana de um “eu desvinculado” que é convidado a imaginar, a priori, os princípios de uma sociedade com base em pressupostos de justiça, que não correspondem a fins específicos. Cf. Sandel, M. (1984). The Procedural Republic and the Unencumbered Self. In Political Theory, 12/1, 81-96.
- (16) Cf. Renaut, A. Essais, pp.35, 81; Homo aequalis, p.17.
- (17) Cf. Lipovetsky, G. (2007). A Era do Vazio. Lisboa: Relógio D’Água (pp.81-91).
-

BIBLIOGRAFIA

- CORTINA, A. (1989). La ética discursiva. In V.Camps (ed.), Historia de la ética, Vol. 3, (pp. 533- 581). Barcelona: Editorial Crítica.
- DELALEX, G. (2008). Do fluxo ao lugar. Revista Nada, 11, 100-113.
- ECO, U. (1986). Viagem na irrealidade quotidiana (3a ed.). Lisboa: Difel.

GONÇALVES, J. M. (2006). Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

GOUNARI, P. (2009). A Democracia na Nova Era Tecnológica. Mangualde: Edições Pedago.

INNERARITY, D. (2010). O Novo Espaço Público. Lisboa: Teorema.

JUDT, T. (2010). Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos. Lisboa: Edições 70.

KOOLHAAS, R. (2010). Três Textos Sobre a Cidade. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

LIPOVETSKY, G. (2007). A Era do Vazio. Lisboa: Relógio D'Água.

LIPOVETSKY G. (2010). O Império do Efémero. A Moda e o seu Destino nas Sociedades Modernas (2a ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. (2010). A Cultura-Mundo. Lisboa: Edições 70.

LOPES, J. T. (2010). Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural. In M.L.L. dos Santos & J.M. Pais (org.), Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas, (pp. 51-62). Lisboa: ICS.

MELA, A. (1999). A Sociologia das Cidades. Lisboa: Editorial Estampa.

NORA, D. (1995). Os Conquistadores do Ciberespaço. Lisboa: Terramar.

PAIS, J. M. (2007). Sociologia da Vida Quotidiana (3a ed.). Lisboa: ICS.

PAIS, J. M. (2010). Lufa-Lufa Quotidiana – Ensaio sobre cidade, cultura e vida urbana. Lisboa: ICS.

PAIVA, R. (2007). A potência do pensamento de Gianni Vattimo para a Comunicação. Acedido em 23 de Abril de 2011, em: <http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/paiva54.pdf>

RENAUT, A. (2000). A Era do Indivíduo. Lisboa: Instituto Piaget.

SILVA, F. C. (2002). Espaço Público em Habermas. Lisboa: ICS.

SILVA, M. J. L. (2005). Espaços cosmológicos. Revista de comunicação e linguagens, 34-35, 157- 163. Lisboa: Relógio D'Água.

SILVA, A. M. P. da. (2007). Ciberantropologia: o estudo das comunidades virtuais. In J. S. Ribeiro & S. Bairon (org.), Antropologia Visual e Hipermedia, (pp. 207-218). Porto: Edições Afrontamento. TORTOSA, V. (2008). Sujetos mutantes: nuevas identidades en la cultura. In D. R. Lopez & A. S. Cabrerizo (ed.), Literaturas del texto al hipermedia, (pp. 257-272). Barcelona: Anthropos.

TOURAINÉ, A. (1994). Crítica da Modernidade. Lisboa: Instituto Piaget.